

Sumário

Número de notícias: 27 | Número de veículos: 18

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Ainda sem definição, auxílio começa a ser pago a 245 mil taxistas..... 3

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Petrobras consegue derrubar no Carf autuação de R\$ 6,2 bi..... 4

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Estatual vence disputa de R\$ 6,2 bi no Carf, mas ainda cabe recurso..... 5

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Prévia do PIB cresce 0,57% no 2º tri, puxada por serviços..... 6

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
SERVIDOR PÚBLICO

Estados investem mais, mas a conta vai chegar logo (Editorial)..... 7

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Governo prevê menor gasto com servidores - DIRETO AO PONTO..... 8

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governador vê falta de reformas com Bolsonaro pior que golpismo..... 9

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Prorrogação de benefícios preocupa..... 11

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Extensão de benefícios turbinados para 2023 preocupa Campos Neto..... 12

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Presidenciáveis registram seus planos para o Brasil..... 13

DIÁRIO DA MANHÃ - GO - GERAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Goiânia sedia evento nacional sobre finanças para municípios..... 15

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Ministro do Trabalho avalia tornar programas sociais permanentes..... 16

AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Saiba quem são os candidatos à presidência nas eleições 2022..... 17

O GLOBO - ON LINE - RJ - ULTIMAS NOTICIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

'Corrupção zero': Novo presidente da Colômbia faz mudança inédita na cúpula militar..... 21

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Petrobras corta preço da gasolina em 4,8%, na terceira redução em um mês	23
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Mercado teme risco fiscal se auxílios permanecerem em 2023, diz chefe do BC	26
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Governo federal prepara decreto para dobrar lista de produtos que escapam de corte no IPI	28
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA	
BC mostra atividade em desaceleração	29
FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO ECONOMIA	
Calote nos precatórios é tentativa de subjugar a Justiça (Artigo)	32
FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA ECONOMIA	
Presidenciáveis declaram bens de R\$ 197 a fortuna de R\$ 97 mi	33
FOLHA DE S. PAULO - SP - SAÚDE ECONOMIA	
A.C. Camargo, referência em câncer, deixará de atender pacientes do SUS	36
FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHA MAIS ECONOMIA	
Bolsonaro veta aumento de verbas para merenda escolar, que não recebem atualização desde 2017	39
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Mercado volta a aumentar projeção para IPCA de 2023	41
O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES ECONOMIA	
Campos Neto entre otimismo e cautela (Editorial)	42
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
"Prévia" do PIB avança 0,57% no 2º trimestre	43
O GLOBO - RJ - OPINIÃO ECONOMIA	
Bolsonaro deixará oportunidade para o próximo governo (Editorial)	44
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA ECONOMIA	
Programa de Tebet prevê ajuda a estudantes e informais	45

Ainda sem definição, auxílio começa a ser pago a 245 mil taxistas

Lu Aiko Otta e Guilherme Pimenta De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187302?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187302?page=1§ion=1

Petrobras consegue derrubar no Carf autuação de R\$ 6,2 bi

Beatriz Olivon De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187302

Site:

http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187302

Estatal vence disputa de R\$ 6,2 bi no Carf, mas ainda cabe recurso

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Prévia do PIB cresce 0,57% no 2º tri, puxada por serviços

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Estados investem mais, mas a conta vai chegar logo (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187302?page=6§ion=2

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187302?page=6§ion=2

Governo prevê menor gasto com servidores - DIRETO AO PONTO

O Ministério da Economia prevê encerrar 2022 com o menor gasto com servidores federais dos últimos 26 anos. Os números foram levantados pela pasta para uma apresentação ao mercado financeiro. Esse é o menor resultado desde o início da série histórica da Secretaria do Tesouro Nacional, em 1997. A despesa com salários do funcionalismo público deve representar 3,4% do **PIB** neste ano, índice abaixo dos 4,2% do **PIB** gasto em 2020. A redução do número de servidores foi de quase 10% desde o início do governo, em 2019. Atualmente, são 570 mil funcionários públicos no país.

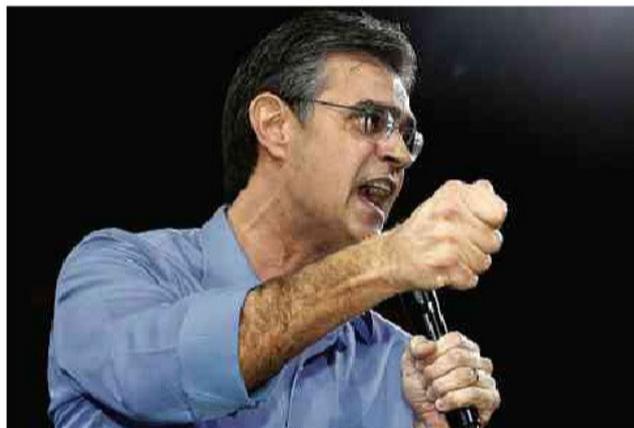
Pros decide retirar candidatura de Marçal

O Pros confirmou na noite de ontem a retirada da candidatura de Pablo Marçal à Presidência da República. A definição ocorreu após reunião da executiva nacional do partido, em Brasília, com os votos favoráveis de todos os dirigentes que participaram do encontro. Desde o início do mês, a candidatura de Marçal vinha sendo ameaçada devido a um embate jurídico entre dois grupos da sigla. Uma série de decisões judiciais fez com que o comando da legenda se alternasse e o caso foi parar no STF, que garantiu espaço para o grupo contrário à candidatura própria à Presidência.

Site:

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/index.jsp?serviceCode=login&edicao=10432>

Governador vê falta de reformas com Bolsonaro pior que golpismo



O governador de São Paulo, Rodrigo Garcia, discursa durante convenção do PSDB Rubens Cavallari - 30.jul.22/Folhapress

Eleitor de Jair Bolsonaro (PL) em 2018, o governador de São Paulo, Rodrigo Garcia (PSDB), disse nesta segunda-feira (15) ter se frustrado com seu voto.

Para o tucano, é mais grave o fato de o atual presidente não ter consolidado reformas administrativas e tributárias em comparação com as atuais ameaças de golpe.

As declarações foram dadas em sabatina realizada pela rádio CBN e pelos jornais O Globo e Valor Econômico.

"Sou eleitor frustrado [do Bolsonaro], votamos para fazer **reforma tributária** e administrativa, não aconteceu. Paramos na [reforma da] Previdência, que já estava pactuada", disse o governador.

Questionado sobre o que considerava mais grave, se as ameaças reiteradas de Bolsonaro ao Estado democrático de Direito ou a ausência de reformas, Rodrigo respondeu que "o mais grave foi não combater os problemas reais" do país.

"Eu não acredito nessas ameaças, nós temos uma democracia consolidada. Temos hoje uma desarmonia de Poderes. Estamos longe de ter uma democracia ameaçada. [...] Para mim, o grave foi não combater os problemas reais do Brasil. A reforma administrativa, se tivesse sido feita, nós estávamos num outro momento", continuou.

"Isso [ameaças de golpe] não é problema real. Eu estou na minha sétima eleição e disputando com urnas

eletrônicas, eu confio nas urnas eletrônicas", completou.

Em sua campanha à reeleição, Rodrigo se diz descolado da polarização em torno da Presidência, entre Bolsonaro e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O governador evitou responder em qual dos dois votaria no segundo turno.

Ao ser questionado sobre o voto "Bolsodrigo", afirmou que existe também o "Luladrigo" já que dois partidos da coligação de Lula (Avante e Solidariedade) o apoiam em São Paulo.

O tucano tenta se vender como um candidato autônomo, diferentemente de Fernando Haddad (PT) e Tarcísio de Freitas (Republicanos), apadrinhados, respectivamente, por Lula e Bolsonaro.

Na sabatina, porém, Rodrigo seguiu sua série de acenos ao eleitorado bolsonarista, dizendo-se favorável a uma legislação penal mais dura.

"Essas pautas sempre foram de São Paulo. São Paulo sempre se posicionou sobre, por exemplo, a mudança do ECA [Estatuto da Criança e do Adolescente]. [...] Eu pessoalmente sou favorável à redução da maioria penal para 16 anos", disse.

"Sou favorável à posse de armas, não tenho nenhum problema de armas legais, registradas, dentro da residência das pessoas, no seu trabalho, mas o porte de armas se mostrou algo que muitas vezes aumenta a violência, então tenho essa discordância em relação à legislação federal." Em relação ao policial militar Henrique Otávio Oliveira Velozo, acusado de matar o lutador de jiu-jitsu Leandro Lo, Rodrigo defendeu a demissão do agente.

"O policial está preso. Já abrimos um procedimento disciplinar. O salário dele está suspenso. E não tenho nenhuma dúvida de que vai terminar o processo disciplinar com a expulsão dele, que não é policial, é um assassino", disse.

Em terceiro lugar, atrás de Haddad e de Tarcísio, no último Datafolha, Rodrigo prometeu que devolverá à população na faixa da pobreza o imposto estadual pago durante a compra de produtos. A medida poderá ter impacto de R\$ 1,5 bilhão, de acordo com estimativa

do tucano.

"A população pobre não vai pagar imposto nos próximos quatro anos no nosso estado. O estado possui 1,7 milhão de famílias, ou seja, 4,5 milhões de pessoas em situação de pobreza e de extrema pobreza", disse. "Vamos devolver todo imposto estadual pago na compra de algum produto com nota fiscal."

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50005>

Prorrogação de benefícios preocupa

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, disse ontem que o desempenho fiscal do País tem sido uma surpresa muito positiva, mas alertou para o risco de continuidade do aumento de benefícios sociais além de 2022. Segundo Campos Neto, cujo mandato no BC vai até 31 de dezembro de 2024, será uma "questão crucial" discutir a continuidade dos programas sociais e a maneira como o governo vai financiá-los no próximo ano.

"Na pandemia, o mercado esperava uma dívida bruta de 100% no fim da crise, e a gente vai terminar este ano perto de 78%. No curto prazo, teve uma surpresa muito grande", afirmou ele, em evento promovido pelo Instituto Millenium. Campos Neto reconheceu que o impacto da **inflação** sobre a arrecadação é parte da razão da melhora fiscal, mas destacou que o governo não caiu na tentação de indexar salários do funcionalismo.

"Há uma preocupação com o fiscal do ano que vem pela continuidade de medidas recentes, e escrevemos isso na comunicação do Copom (Comitê de Política Monetária, que define a taxa básica de juros, a Selic). Há preocupação de como vai ser resolvida a continuidade de medidas, se continuar, e como vai ser financiado", completou.

Na ata da mais recente reunião do Copom, que subiu a Selic para 13,75% ao ano, o BC manifestou preocupação com o aumento de gastos promovido por meio da PEC Kamikaze, que turbinou benefícios sociais. "Então, isso é sempre alguma coisa que nos aflige", afirmou Campos Neto. "O que hoje o mercado tem uma ansiedade em entender é como vai ser o fiscal do ano que vem. Se forem continuados, como vão ser financiados? Existe uma ansiedade se tem de ter uma compensação fiscal, e se vai vir com uma **reforma tributária**. E como vai ser a política tributária", acrescentou.

Extensão de benefícios turbinados para 2023 preocupa Campos Neto

EDUARDO RODRIGUES THAÍS BARCELLOS BRASÍLIA

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, disse ontem que o desempenho fiscal do País tem sido uma surpresa muito positiva, mas alertou para o risco de continuidade do aumento de benefícios sociais além de 2022. Segundo Campos Neto, cujo mandato no BC vai até 31 de dezembro de 2024, será uma "questão crucial" discutir a continuidade dos programas sociais e a maneira como o governo vai financiá- los no próximo ano.

"Na pandemia, o mercado esperava uma dívida bruta de 100% no fim da crise, e a gente vai terminar este ano perto de 78%. No curto prazo, teve uma surpresa muito grande", afirmou ele, em evento promovido pelo Instituto Millenium. Campos Neto reconheceu que o impacto da inflação sobre a arrecadação é parte da razão da melhora fiscal, mas destacou que o governo não caiu na tentação de indexar salários do funcionalismo.

"Há uma preocupação com fiscal do ano que vem pela continuidade de medidas recentes, e escrevemos isso na comunicação do Copom (Comitê de Política Monetária, que define a taxa básica de juros, a Selic). Há preocupação de como vai ser resolvida a continuidade de medidas, se continuar, e como vai ser financiado", completou.

Na ata da mais recente reunião do Copom, que subiu a Selic para 13,75% ao ano, o BC manifestou preocupação com o aumento de gastos promovido por meio da PEC Kamikaze, que turbinou benefícios sociais.

"Então, isso é sempre alguma coisa que nos aflige", afirmou Campos Neto. "O que hoje o mercado tem uma ansiedade em entender é como vai ser o fiscal do ano que vem. Se forem continuados, como vão ser financiados?"

Existe uma ansiedade se tem de ter uma compensação fiscal, e se vai vir com uma reforma tributária. E como vai ser uma política tributária." Os dois candidatos à Presidência da República mais bem posicionados na corrida eleitoral deste ano, o presidente Jair Bolsonaro e o petista Luiz Inácio Lula da Silva, prometem manter em R\$ 600 o patamar mínimo para o Auxílio Brasil em 2023. Lula tem falado

em terminar com o mecanismo do teto de gastos, que limita o crescimento das despesas à inflação, enquanto a equipe econômica de Bolsonaro realiza estudos para uma meta atrelada à dívida pública.

CAIXA VAZIO.

Como mostrou o Estadão, o próximo presidente da República vai receber o "tanque" do caixa do governo mais vazio em pelo menos R\$ 178,2 bilhões com o efeito, em 2023, das medidas adotadas pelo governo Bolsonaro e pelo Congresso - a maior parte de olho nas eleições.

A perda de recursos sobe para R\$ 281,4 bilhões com a redução do caixa dos governadores e dos prefeitos com a desoneração permanente do ICMS sobre combustíveis, energia, transporte e comunicações e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Com a inclusão de um possível reajuste no salário dos servidores federais, o valor pode chegar a R\$ 306,4 bilhões.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Presidenciáveis registram seus planos para o Brasil

Planos de governo incluem propostas sobre educação, saúde, emprego, segurança pública, transferência de renda e mobilidade urbana

Após o registro de suas chapas no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), os aspirantes a ocupar o Palácio do Planalto tinham até esta segunda-feira para protocolar o plano de governo. O documento é obrigatório e detalha as estratégias de cada candidato para governar o país em assuntos como geração de emprego, crescimento econômico, saúde, educação, mobilidade urbana e segurança pública. As propostas dos candidatos estão disponíveis para consulta na plataforma Di-vulgacand 2022, do TSE. A leitura dos documentos podem servir de subsídio para o eleitor definir seu voto.

Nesta eleição, serão 12 candidatos à Presidência: Ciro Gomes (PDT), José Maria Eymael (Democracia Cristã), Luiz Felipe D'Avila (Novo), Jair Bolsonaro (PL), Leonardo Péricles (UP), Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Pablo Marçal (Pros), Roberto Jefferson (PTB), Simone Tebet (MDB), Sofia Manzano (PCB), Soraya Thronicke (União Brasil) e Vera Lúcia (PSTU). Apenas Simone Tebet ainda não havia disponibilizado o documento na plataforma do tribunal até o início da noite de ontem.

Bolsonaro, Lula e Ciro registraram planos de transferência de renda parecidos, ao mesmo tempo que ressaltaram a importância do equilíbrio das contas públicas. Lula assumiu o compromisso de criar um "Bolsa Família ampliado", Bolsonaro quer instituir o Auxílio Brasil de R\$ 600, mesmo valor prometido pelo petista em discursos recentes, e Ciro propõe um programa de renda mínima universal.

Ciro Gomes (PDT) O plano de Ciro Gomes tem 26 páginas e começa com a análise do cenário econômico e sugestões para a retomada do crescimento. Ele destaca investimento em ciência, redução da informalidade, melhoria dos serviços de saúde, redução da pobreza, ampliação de serviços básicos, como água tratada, redução do desmatamento e garantia de respeito aos direitos humanos.

José Maria Eymael (DC) O plano de Eymael tem nove páginas divididas em 27 tópicos. O candidato se compromete a cumprir a Constituição, adotar política

econômica orientada para o desenvolvimento, **reforma tributária**, desenvolver uma Política Nacional de Segurança Pública, criar o programa Saúde Inteligente, priorizar a educação, políticas para os idosos e combater a corrupção.

Felipe D'Avila (Novo) Com 36 páginas, o plano de Felipe D'Avila tem dez metas para o país: Brasil carbono zero, sobre geração de empregos verdes; Brasil competitivo, com propostas para a economia; Brasil para todos, de simplificação de leis; Brasil sem fome; Brasil com mais educação; Brasil com saúde; Brasil seguro, sobre combate à corrupção; Brasil respeitado; Brasil dinâmico; e Brasil respeitável.

Jair Bolsonaro (PL) O plano do atual presidente da República, Jair Bolsonaro, tem 48 páginas. Nas primeiras páginas, Bolsonaro apresenta valores centrais do plano de governo.

Em seguida, compromete-se com seis eixos estratégicos: economia, tecnologia e inovação; saúde, educação e social; segurança e defesa; infraestrutura logística; sustentabilidade ambiental; e governança e geopolítica.

RESUMO DAS PROPOSTAS Leonardo Péricles (UP) O documento de Leonardo Péricles tem 12 páginas e destaca a crise econômica. Ele divide o plano de governo em ações emergenciais e estruturantes. Entre as ações imediatas, Péricles diz que suspenderá o pagamento de juros da dívida pública, que vai garantir auxílio emergencial de um salário mínimo, e reduzir altos salários no Legislativo, Executivo e Judiciário.

Luiz Inácio Lula da Silva (PT) O plano do ex-presidente Lula tem 21 páginas e cita como principal compromisso a reconstrução do país diante da crise econômica. Ele se compromete com democracia, soberania e paz; desenvolvimento econômico e estabilidade; combate à pobreza; prioridade à educação; implantação de um Sistema Nacional de Cultura e ampliação dos programas de moradia.

Pablo Marçal (Pros) Com 108 páginas, o plano de governo do candidato do Pros promete 40 anos de crescimento em quatro anos de governo. Entre os compromissos da chapa, está a realização de parcerias público-privadas entre os centros

econômicos do país com a região Norte; a ampliação do escoamento da produção agrícola; a melhoria nos sistemas de transporte e a criação de empregos.

Roberto Jefferson (PTB) As primeiras linhas do plano de governo de 12 páginas de Jefferson citam a valorização de Deus, da família e da liberdade. O documento também promete intensificar a agenda de privatizações, convocar uma nova Assembleia Constituinte, reduzir a carga tributária, pôr fim à estabilidade dos **servidores públicos**, proibir a legalização, plantio, cultivo e venda da maconha.

Simone Tebet (MDB) Única que ainda não divulgou o plano de governo na plataforma do TSE, a candidata do MDB, Simone Tebet, promete dar transparência às chamadas emendas de relator, o orçamento secreto; criar uma poupança para trabalhadores informais, algo parecido com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); e implementar completamente a reforma do ensino médio.

Sofia Manzano (PCB) Em 19 páginas, o plano de governo de Manzano destaca ações "anticapitalistas e anti-imperialistas". Entre as propostas, a revogação de toda a legislação neoli-beral, estatização dos transportes públicos, política nacional de emprego e moradia; e **reforma tributária** com taxação de lucros, grandes fortunas e heranças, exceto de quem ganha até cinco salários mínimos.

Soraya Thronicke (UB) O plano de governo da senadora tem 73 páginas e cita a **reforma tributária** como a principal prioridade em um possível mandato. A candidata do União Brasil também defende o Imposto Único Federal, a promoção da segurança jurídica dos investimentos de baixo carbono, o combate às atividades ilegais de comércio de madeira e minério da Amazônia e o reforço do ensino técnico.

Vera Lúcia (PSTU) Vera Lúcia propõe um programa socialista. Em 26 páginas, ela destaca a "defesa da soberania e da ruptura com o imperialismo", o combate à fome, a defesa do meio ambiente, o ataque às propriedades das grandes empresas, a duplicação do salário mínimo, a jornada de trabalho de 6 horas para todos, quebra das patentes de medicamentos e o fim de educação e saúde privadas.

Site:

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/index.jsp?serviceCode=login&edicao=10432>

Goiânia sedia evento nacional sobre finanças para municípios

Goiânia sediará, entre os dias 17 e 19 de agosto, a 2a Assembléia Geral Ordinária da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (Abrasf) de 2022. O encontro, que será realizado no K Hotel, reunirá secretários de Finanças de todas as capitais. Abertura oficial será realizada na manhã do dia 18, pelo prefeito Rogério Cruz, e terá como anfitrião o secretário de Finanças Vinícius Alves. Haverá coletiva à imprensa na quinta-feira (18/08), às 08h130, no 1o andar do hotel.

A programação contemplará debates sobre o financiamento do Transporte Público, Nota Fiscal de Serviço eletrônica (NFS-e), Novo Código do Contribuinte, **Reforma Tributária**, além do compartilhamento de experiências e avaliação do cenário e principais desafios enfrentados pelos municípios.

"Trazer a Abrasf para Goiânia demonstra que o Município ganha destaque quanto à gestão financeira, e está alinhado às melhores práticas no âmbito nacional. É uma oportunidade de demonstrar nossos avanços ao longo dos últimos anos e os principais projetos a serem implementados na pasta, bem como a criação de um sistema próprio de TI. Tendo esses fóruns e debates, podemos discutir receitas e despesas da municipalidade, além de troca de informações acerca da inovação financeira e tributária" afirma o Secretário de Finanças, Vinícius Alves.

Serviço Assunto: Goiânia sedia evento nacional sobre finanças e pautas prioritárias para municípios brasileiros Data: 17,18 e 19 de agosto Horário: 09h às 18h Local: K Hotel - Avenida Jamel Cecílio, 2550, Jardim Goiás

Site: <https://digital.dm.com.br/#!/view?e=20220816&p=1>

Ministro do Trabalho avalia tornar programas sociais permanentes

O ministro do Trabalho e Previdência, José Carlos Oliveira, afirmou ontem, 15, que trabalhará para que os benefícios para caminhoneiros e taxistas se tornem uma política pública permanente. Pela lei vigente, os repasses dos dois benefícios acabam em dezembro.

"Eu não vejo problema dessa política se perpetuar.

Não vejo que seja impossível disso acontecer.

É claro que vai depender da situação econômica do Brasil e do mundo. Eu vejo com bons olhos que sigamos, assim como estamos fazendo no Auxílio Brasil, com essa distribuição de renda. O que depender de mim e do nosso presidente, pode ter certeza, vamos trabalhar para que esses benefícios se perpetuem sim", disse.

Tornar os benefícios para caminhoneiros e taxistas permanentes depende da aprovação de uma lei no Congresso Nacional. O governo destinou R\$ 7,4 bilhões para o pagamento dessas parcelas até dezembro.

Até o momento, 190.861 caminhoneiros já receberam as duas primeiras parcelas de R\$ 1 mil do benefício.

Além disso, 245.213 motoristas de táxi receberão a partir de hoje, 16, as duas primeiras parcelas de R\$ 1 mil do benefício.

Com esses pagamentos, o governo injetará R\$ 490,4 milhões na economia.

Nesta segunda, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, alertou sobre o risco da continuidade dos benefícios para além de 2022.

"Então isso é sempre alguma coisa que nos aflige. O que hoje o mercado tem uma ansiedade em entender é como vai ser o fiscal do ano que vem. Se forem continuados, como vão ser financiados? Existe uma ansiedade se tem de ter uma compensação fiscal, e se vai vir junto com uma **reforma tributária**. E como vai ser uma política tributária", declarou.

Os dois candidatos à Presidência da República mais bem posicionados na corrida eleitoral deste ano, Jair Bolsonaro e Luiz Inácio Lula da Silva, prometem manter em R\$ 600 o patamar mínimo para o Auxílio

Brasil em 2023. Lula tem falado em terminar com o mecanismo do teto de gastos, mecanismo que limita o crescimento das despesas à **inflação**, enquanto a equipe econômica de Bolsonaro realiza estudos para uma meta atrelada à dívida pública.

Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/?numero=37267&edicao=122339>

Saiba quem são os candidatos à presidência nas eleições 2022

Publicado em 16/08/2022 - 06:33
Agência Brasil* - Brasília

Por

O Brasil terá 12 candidatos à Presidência da República nas eleições deste ano. Com o fim do prazo para registro das candidaturas no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), já estão definidos os nomes dos postulantes a ocupar o Palácio do Planalto pelos próximos quatro anos.

Vale lembrar que o TSE ainda julgará todos os registros de candidatura. Isso deverá ocorrer até o dia 12 de setembro. No entanto, os candidatos estão em campanha oficialmente a partir de hoje (16). São eles:

Natural de Pindamonhangaba (SP), **Ciro Gomes** construiu sua carreira política no Ceará, onde foi prefeito de Fortaleza, eleito em 1988, e governador do estado, eleito em 1990.

Renunciou ao cargo de governador, em 1994, para assumir o Ministério da Fazenda, no governo Itamar Franco (1992-1994) por indicação do PSDB, seu partido na época.

Ciro foi ministro da Integração Nacional de 2003 a 2006, no governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Deixou a Esplanada dos Ministérios para concorrer a deputado federal e foi eleito. Também exerceu dois mandatos de deputado estadual no Ceará. Tem 64 anos e quatro filhos.

A candidata a vice-presidente na chapa é **Ana Paula Matos (PDT)**, vice-prefeita de Salvador, eleita em 2020 na chapa encabeçada por Bruno Reis (União Brasil).

A soteropolitana tem 44 anos e atuação forte na área social e de combate à pobreza. Negra, tem lutado contra o racismo e defendido políticas afirmativas. Se eleita, será a primeira mulher negra a ocupar o cargo no Brasil.

Advogada, professora, pós-graduada em finanças e com mestrado em administração, **Ana Paula** é servidora concursada da Petrobras.

Nascido em Porto Alegre, **José Maria Eymael** cursou filosofia e direito na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). É advogado com especialização em direito tributário e atua como

empresário há 50 anos nas áreas de marketing, comunicação e informática. Nas urnas, será identificado como Constituinte **Eymael**.

Como líder universitário, **Eymael** presidiu o Centro Acadêmico São Tomás de Aquino da Faculdade de Filosofia da PUC-RS e a Federação dos Estudantes de Universidades Particulares do Rio Grande do Sul. Nessas funções, coordenou campanhas nacionais e regionais como a do barateamento do livro didático.

Em 1962, ingressou no Partido Democrata Cristão (PDC) em Porto Alegre, passando a atuar na Juventude Democrata Cristã. **Eymael** foi deputado constituinte. Aos 83 anos, é a sexta vez que se candidata à Presidência da República.

O vice na chapa é o economista **João Barbosa Bravo**, de 75 anos, natural de São Gonçalo (RJ), registrado como Professor Bravo.

Felipe D'Avila, nascido em São Paulo, é cientista político, mestre em administração pública pela Universidade de Harvard e coordenador do movimento Unidos Pelo Brasil.

Fundou em 2008 o Centro de Liderança Pública, uma organização sem fins lucrativos dedicada à formação de líderes políticos.

É escritor e tem dez títulos publicados. Essa é a primeira vez em que ele se candidata ao cargo de presidente da República.

O candidato a vice-presidente na chapa é o deputado federal **Tiago Mitraud (Novo-MG)**. Nascido em Brasília, participou intensamente do Movimento Empresa Júnior, chegando à Presidência da Brasil Júnior, a Confederação Brasileira de Empresas Juniores.

Após formado, ingressou na Fundação Estudar, organização referência no desenvolvimento de lideranças e concessão de bolsas de estudo no Brasil.

Nos últimos três anos, atuou como diretor executivo (CEO) da Fundação Estudar, liderando um time de mais de 50 pessoas responsável pelo grande crescimento da organização no período.

Jair Messias Bolsonaro é militar reformado, chegando

a capitão do Exército. É o 38º presidente do Brasil, cargo que assumiu em 1º de janeiro de 2019.

Foi deputado federal pelo Rio de Janeiro entre 1991 e 2018. Nasceu em 1955, no município de Glicério, no interior do estado de São Paulo, mas morou em várias cidades paulistas.

Formou-se na Academia Militar das Agulhas Negras em 1977. Posteriormente, serviu nos grupos de artilharia de campanha e paraquedismo do Exército. É pai de cinco filhos.

O candidato a vice-presidente na chapa é o militar da reserva Walter Souza Braga Netto. Ele nasceu em Belo Horizonte em 1957 e alcançou o posto de general no Exército.

De fevereiro de 2018 a janeiro de 2019, chefiou a intervenção federal no Rio de Janeiro. Foi comandante Militar do Leste até fevereiro de 2019, quando assumiu a chefia do Estado-Maior do Exército.

Em fevereiro de 2020, assumiu o cargo de ministro-chefe da Casa Civil. Em março de 2021, foi nomeado ministro da Defesa.

Leonardo Péricles é o único homem negro na disputa presidencial. Natural de Belo Horizonte, ele é técnico em eletrônica e mecânico de manutenção de máquinas.

O presidenciável começou a se aproximar da política em movimentos estudantis no início dos anos 2000. Anos depois, passou a integrar o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB).

Em 2008, disputou uma vaga na Câmara Municipal de Belo Horizonte, mas não se elegeu. Já pelo Unidade Popular, nas últimas eleições municipais, em 2020, concorreu como candidato a vice-prefeito de Belo Horizonte (MG), na chapa de Áurea Carolina (PSOL), ficando em quarto lugar, com 103.115 votos.

A candidata a vice-presidente na chapa é a dentista Samara Martins, de 34 anos, também natural de Belo Horizonte.

Dentista no Sistema Único de Saúde (SUS), Samara mora na periferia de Natal, e é vice-presidente nacional da Unidade Popular pelo Socialismo e também milita no MLB e no Movimento de Mulheres Olga Benário.

Começou sua militância no movimento secundarista e foi diretora de mulheres da União Nacional dos Estudantes (UNE). Nas eleições de 2020, foi candidata à vereadora em Natal.

Luiz Inácio Lula da Silva, de 76 anos, nasceu em Garanhuns (PE) e iniciou sua trajetória política como sindicalista em 1966. Foi presidente da República por dois mandatos a partir de 2003, depois de ser eleito em 2002, em disputa no segundo turno das eleições com José Serra (PSDB).

Em 2006, Lula venceu Geraldo Alckmin (à época, do PSDB), atual candidato à Vice-Presidência, sendo reeleito ao cargo. A primeira vez que disputou a Presidência foi em 1989, sendo derrotado por Fernando Collor de Melo. Antes de ser eleito, tentou mais duas vezes, em 1994 e 1998, quando perdeu para Fernando Henrique Cardoso em ambas.

Em 2017, foi condenado a nove anos e seis meses de prisão por corrupção e lavagem de dinheiro. Em 2018, teve a prisão decretada pelo então juiz Sergio Moro. Em 2021, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Edson Fachin anulou as condenações, por entender que a 13ª Vara Federal em Curitiba não tinha competência legal para julgar as acusações, tornando Lula elegível, decisão confirmada em plenário pelo Supremo no mesmo ano, o plenário.

O candidato a vice-presidente na chapa é o ex-governador de São Paulo Geraldo Alckmin (PSB). Nascido em Pindamonhangaba (SP), tem 68 anos, é médico e professor.

Um dos fundadores do PSDB, Alckmin foi governador de São Paulo em duas ocasiões: de 2001 a 2006 e de 2011 a 2018, comandando o governo paulista por mais tempo desde a redemocratização do Brasil.

Atualmente é professor universitário no curso de medicina da Universidade Nove de Julho e membro da Academia de Medicina de São Paulo.

Esta é a primeira vez que Marçal disputa a um cargo público. Bacharel em direito e empresário, o goiano de 35 anos é casado e tem quatro filhos.

Ele é conhecido como autor de livros de autogestão e por palestras e vídeos motivacionais.

Em sua página na internet, também se apresenta como empreendedor imobiliário e digital, estrategista de negócios e especialista em gestão de marcas (branding).

A candidata a vice na chapa é Fátima Pérola Neggra, de 54 anos. Ela é policial militar de São Paulo, escritora e poetisa, nascida em Iporã (PR).

Pérola Neggra tem cinco filhos e dois netos.

Advogado nascido em Petrópolis (RJ), Roberto Jefferson tem 69 anos e circula há décadas na política nacional. Antes de fazer carreira na política, chegou a participar de programas de televisão na década de 1980. Participou dos programas *Aqui e Agora*, em uma espécie de júri simulado, na TV Tupi; e do programa *Domingo à Noite*, na TVS, atualmente SBT. Também foi apresentador do programa *O Povo* na TV, também na TVS.

Seu primeiro mandato como deputado federal foi em 1983 e depois disso emendou seis mandatos consecutivos. Teve seu mandato cassado após confessar participação no esquema do mensalão. Ficou conhecido nacionalmente por denunciar o esquema de compra de votos, escândalo do qual também participou. Foi condenado pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

Em agosto de 2021, Jefferson teve prisão preventiva decretada pelo ministro Alexandre de Moraes por ataques às instituições em redes sociais. Suas contas em redes sociais também foram bloqueadas. Em janeiro deste ano, por questões de saúde, Jefferson passou a cumprir prisão domiciliar.

A chapa terá Padre Kelmon, do mesmo partido, como candidato a vice-presidente. Ele lidera atualmente o Movimento Cristão Conservador do PTB (MCC) e o Movimento Cristão Conservador Latino Americano (Meccla).

Nascido em 1976, teve uma vida sempre dedicada à igreja. Liderou grupo de jovens e ajudou na pastoral da criança. Em 2003 decidiu seguir sua caminhada como ortodoxo.

Atuou sempre na defesa da vida e da família, em ações como nas eleições presidenciais de 2010, difundindo juntamente com Dom Luís Gonzaga Bergonzine uma ação contra o aborto.

Simone Tebet tem 52 anos. Nascida em Três Lagoas (MS), é formada em direito e começou a carreira política em 2003 como deputada estadual. De 2005 a 2010, foi prefeita de sua cidade natal por dois mandatos.

Deixou o cargo para ser vice-governadora de Mato Grosso do Sul. Ela é filha do ex-presidente do Senado Ramez Tebet, falecido em 2006. De 2013 a 2014, foi secretária de Governo até que, em 2015, foi empossada como senadora.

Tebet ganhou projeção nacional especialmente depois da forte atuação na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia do Senado, no ano passado.

A candidata a vice-presidente na chapa é a também senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP). Senadora pelo PSDB de São Paulo, Mara tem 53 anos, é publicitária e psicóloga.

Foi vereadora da capital paulista de 2007 a 2010, após ter sido secretária municipal da Pessoa com Deficiência, de 2005 a 2007. Foi deputada federal de 2011 a 2015, sendo eleita novamente em 2015 para mandato até 2019.

Em 1994, Mara Gabrilli sofreu um acidente de carro que a deixou tetraplégica. Foram cinco meses de internação.

A candidata à Presidência do Partido Comunista Brasileiro (PCB) é a professora e economista Sofia Manzano, nascida em 1971 na cidade de São Paulo. Graduada em ciências econômicas pela PUC de São Paulo, é mestra em desenvolvimento econômico pelo Instituto de Economia da Unicamp e doutora em história econômica pela Universidade de São Paulo (USP).

Assumiu o cargo de professora do curso de economia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia em 2013, motivo pelo qual mudou-se para Vitória da Conquista. Desenvolve pesquisas sobre mercado de trabalho e desigualdade social no capitalismo.

A militância no PCB teve início durante a campanha presidencial de 1989. Sofia integrou alguns sindicatos de professores, chegando a ser eleita vice-presidente da Associação de Docentes da Universidade de São Paulo entre 2015 e 2016.

A chapa tem como candidato a vice-presidente o sindicalista Antônio Alves, de 43 anos, jornalista, natural do Recife, filiado ao PCB há 20 anos.

Fez parte de movimentos políticos culturais que buscavam articular e debater os problemas da comunidade. Militou no Núcleo Malcolm X (célula do Movimento Negro Unificado em Paulista), colaborou com o processo de organização do 20 de novembro em 1997, 1998, 1999.

Organizou a Posse Resistência Hip Hop - Paulista Zona Norte - grupo de jovens periféricos que trabalhavam diversos temas de luta, recuperação da autoestima e valorização cultural. Em 1999 teve seu primeiro contato com o PCB e iniciou sua militância na União da Juventude Comunista (UJC).

Soraya Thronicke tem 49 anos e é advogada, natural de Dourados (MS). Estreante como candidata, foi eleita senadora pelo seu estado em 2018 pelo então

Partido Social Liberal (PSL) - hoje União Brasil.

Foi vice-líder do governo no Congresso Nacional e, atualmente, é coordenadora política da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) no Senado Federal, além de membro de oito comissões da Casa.

Também preside o União Brasil Mulher Nacional e o diretório do União Brasil em Mato Grosso do Sul.

O candidato à Vice-Presidência é Marcos Cintra, de 76 anos. Formado em economia, Cintra tem especialização em planejamento econômico pela Universidade de Campinas.

Foi eleito deputado federal em 1998, cargo que ocupou até 2003. Na Câmara dos Deputados, foi membro das comissões de Finanças e Tributação e de **Reforma Tributária** e presidente da Comissão de Economia, Indústria e Comércio.

Em 2019, ocupou o cargo de secretário especial da **Receita Federal**.

Vera Lúcia tem 54 anos e é natural de Inajá (PE). Operária sapateira, é formada em ciências sociais pela Universidade Federal de Sergipe.

Iniciou sua militância quando trabalhava em uma fábrica de calçados, aos 19 anos. Está no PSTU desde a sua fundação, em 1994. Já foi candidata ao governo de Sergipe, à prefeitura de Aracaju e à Câmara dos Deputados.

Em 2018, foi candidata à Presidência da República e teve como vice o professor Hertz Dias, do Maranhão. Em 2020, Vera foi a primeira mulher negra a disputar a prefeitura de São Paulo, cidade onde mora atualmente.

A candidata à Vice-Presidência é a indígena da etnia Tremembé, Kunã Yporã (Raquel Tremembé). Kunã tem 39 anos e é pedagoga.

Ela integra a Associação de Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (Anmiga) e é membro da Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas.

Kunã Yporã é parte atuante das mobilizações dos povos indígenas na oposição ao governo atual.

*Colaborou o repórter da Agência Brasil Marcelo Brandão

Site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2022-08/saiba-quem-sao-os-candidatos-presidencia-nas-eleicoes-2022>

'Corrupção zero': Novo presidente da Colômbia faz mudança inédita na cúpula militar

Por Janaina Figueiredo - Buenos Aires

Menos de uma semana depois de ser empossado como presidente da Colômbia, Gustavo Petro anunciou uma mudança inédita na cúpula militar, em meio a um clima que alguns especialistas definem como "tenso" entre o primeiro governo de esquerda da História do país e forças militares e policiais. A renovação dos comandos militares implicará - em alguns poucos casos por motivos alheios à decisão presidencial - na passagem para a reserva de 22 generais da Polícia Nacional, 16 do Exército, 7 da Marinha e 3 da Aeronáutica.

No anúncio oficial na noite de sexta-feira, acompanhado pelos novos comandantes e seu ministro da Defesa, o jurista Iván Velásquez - conhecido por sua defesa dos direitos humanos e por estar por trás de denúncias judiciais contra o ex-presidente Álvaro Uribe (2002-2010) -, o chefe de Estado declarou que o critério usado para escolher a nova cúpula foi "violação zero dos direitos humanos e corrupção zero". As palavras de Petro soaram como acusação aos que estão de saída, segundo comentou-se em círculos militares, da ativa e da reserva.

Vários dos novos comandantes, de fato, têm formação em direitos humanos, entre eles, o general Helder Giraldo Bonilla, agora à frente do Exército, que atuou na implementação de programas na área e tem doutorado em direito internacional humanitário. No ano passado, o agora comandante do Exército esteve à frente de uma tropa de 25 mil homens que atuou durante uma greve nacional contra o governo de Iván Duque (2018-2022), convocada após a tentativa de aprovar uma polêmica reforma tributária.

Um dos objetivos do novo governo, reconhecido por altos funcionários do Ministério da Defesa em conversas informais, é "ajudar os militares e policiais colombianos a limparem sua imagem", após a condenação generalizada da repressão contra os manifestantes. A escolha do general Giraldo, portanto, tem também o sentido, na lógica do novo governo, de "colaborar para a reconciliação das forças de segurança com a sociedade".

- Nunca tínhamos visto uma mudança tão rápida e contundente, que levasse à saída da ativa de tantos generais - confirma ao GLOBO Jorge Restrepo, diretor do Centro de Recursos para Análise de Conflitos (Cerac), que, embora concorde com a ousada iniciativa de Petro, faz um alerta: - Os próximos meses serão de muita violência interna, porque todas as operações das forças de segurança serão revisadas e será necessário um período de reorganização.

Restrepo lembra que em 2014, no início do segundo governo de Juan Manuel Santos (2010-2018), um escândalo de grameamento de telefones envolvendo policiais levou a uma renovação na cúpula da Polícia Nacional, mas, naquele momento, foram para a reserva 12 generais. O recorde foi superado por Petro, numa jogada que Restrepo, um dos especialistas em política militar mais respeitados do país, considera certa.

- O que veremos, na prática, será uma mudança de gerações, e ela é importante para que o novo governo possa avançar na elaboração de uma nova doutrina de segurança nacional. As novas gerações terão a oportunidade de definir essa nova doutrina - afirma o especialista.

Mas nem todos os analistas colombianos estão tranquilos quanto ao desenrolar desse processo. Os primeiros movimentos de Petro são observados com preocupação por pessoas envolvidas na implementação do acordo de paz com a antiga guerrilha das Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia), entre elas Camilo González, presidente do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento e a Paz (Indepaz).

González diz que a Colômbia atravessa "um momento crítico", no qual "as Forças Armadas devem se acostumar com a ideia de estarem subordinadas a um presidente de esquerda, e esse presidente de esquerda deve se acostumar a ser o comandante das Forças Armadas".

- Estamos vivendo um momento de ajuste, com sinais sendo enviados pelos dois lados. A tendência deveria ser alcançar um equilíbrio. Por enquanto, o

comportamento dos comandos militares tem refletido um reconhecimento e acatamento do poder civil - observa González.

Ele ressalta, porém, que chegar a esse equilíbrio não será simples, essencialmente porque os militares colombianos "estão acostumados e treinados para estarem subordinados a governos de direita".

- É um aprendizado, porque a doutrina com a qual se formaram tem como eixo que a esquerda é um perigo. Existe tensão, mas, como dizemos por aqui, não "ruído de sabres" [a existência de sinais que indiquem o planejamento de um golpe militar] - afirma o presidente do Indepaz.

Assassinatos de ativistas

Na semana passada, numa continuidade do que vem acontecendo nos últimos tempos na Colômbia, ocorreram assassinatos de ativistas sociais e massacres no interior do país. Embora alguns grupos responsáveis pelos ataques, entre eles o Clã do Golfo, tenham anunciado uma trégua antes da posse de Petro, o país continua refém da violência. Dirigentes e organizações sociais vêm pedindo ao presidente um "plano de choque", mas vozes como o Indepaz afirmam que o problema é muito mais profundo e requer a "formulação de uma política integral de segurança humana e pacto pela vida".

No sábado, Petro escreveu em sua conta no Twitter uma mensagem que causou mal-estar no mundo militar: "Os massacres e sua impunidade em jurisdições de comandos militares e policiais afetarão a trajetória dos comandos". Militares reformados se expressaram pela mesma rede social questionando a atitude do presidente, considerada por eles pouco conciliadora.

Desde que foi assinado o acordo com as Farc, em 2016, cerca de 1.342 líderes sociais foram assassinados. Somente este ano, o número chega a 115, segundo dados do Indepaz.

- Não basta perseguir bandidos, é preciso uma política integral de paz - argumenta González, que integra uma comissão subordinada ao presidente e criada no marco do acordo, cujo objetivo é ajudar a formular políticas que pacifiquem o país.

Com Duque a comissão se reuniu poucas vezes e não avançou. A chegada de Petro ao poder criou a expectativa de uma nova etapa. Mas os próximos meses não serão tranquilos, e a nova cúpula militar, conclui Restrepo, deve estar preparada.

- São militares menos experientes e que deverão

desenvolver novas formas de operar, num contexto de um novo governo que, como nunca antes na Colômbia, não titubeia na hora de dar murros na mesa e avançar - frisa o especialista.

Site:

<https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2022/08/corrupto-ao-zero-novo-presidente-da-colombia-faz-mudanca-inedita-na-cupula-militar.ghtml>

Petrobras corta preço da gasolina em 4,8%, na terceira redução em um mês



Cientes abastecem veículos em posto de combustível na região central da cidade de São Paulo. Divulgação - 20 jul 2022, 7h49min

Nicola Pamplona

A Petrobras anunciou nesta segunda-feira (15) corte de 4,8% no preço da gasolina em suas refinarias. É a terceira redução em menos de um mês, acompanhando a queda das cotações internacionais do petróleo.

A partir desta terça (16), a gasolina vendida pelas refinarias da estatal vai custar, em média, R\$ 3,53 por litro. A queda é de R\$ 0,18 por litro em relação ao preço médio praticado até esta segunda.

Considerando que a gasolina vendida nos postos tem 27% de etanol, a estatal estima um repasse de R\$ 0,13 por litro ao preço final do combustível, que já vem em trajetória de queda desde o fim de junho, quando o Congresso aprovou cortes de **impostos** federais e estaduais.

Segundo a Petrobras, a redução é coerente com sua política, "que busca o equilíbrio dos seus preços com o mercado global, mas sem o repasse para os preços internos da volatilidade conjuntural das cotações internacionais e da taxa de câmbio".

Nesta segunda-feira, os preços do petróleo chegaram a cair mais de US\$ 5 (R\$ 25) por barril, devido a temores de queda da demanda, já que dados econômicos decepcionantes da China renovaram as preocupações com uma recessão global

Na abertura do mercado, o preço médio da gasolina brasileira estava R\$ 0,33 por litro acima da paridade de importação, conceito usado pela Petrobras em sua política de preços para simular quanto custaria trazer o produto importado para o país.

Desde o fim de junho, os preços do mercado brasileiro

estão acima da paridade de importação calculada pela Abicom (Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis), mesmo com os dois cortes recentes anunciados pela estatal.

O recuo do petróleo foi usado pela empresa para justificar também dois cortes no preço do diesel em agosto. Esse produto havia sido menos impactado pelas reduções de **impostos**, pois já tinha alíquotas abaixo do teto estabelecido pelo Congresso na maior parte dos estados.

Segundo dados da Abicom, o preço médio do diesel nas refinarias brasileiras abriu o mercado nesta segunda R\$ 0,23 por litro acima da paridade de importação.

As ações ordinárias da estatal caíram 0,34%, e as preferenciais, que dão prioridade no recebimento de dividendos e estão valorizadas justamente pelos elevados pagamentos realizados pela empresa, subiram apenas 0,03% nesta segunda (15). O desempenho reflete o baque sofrido pelo setor de commodities com os dados da China.

Em nota divulgada logo após o anúncio da Petrobras nesta segunda-feira, a Ativa Research avaliou que o movimento de redução dos preços é condizente com o de queda das cotações de petróleo e do câmbio verificados ao longo das últimas semanas.

"Ainda que, segundo nossos cálculos, não vissemos espaço para uma redução deste tamanho [no preço da gasolina], acreditamos que o mercado não contestará a decisão da petrolífera", afirmou.

Para o banco Goldman Sachs, a Petrobras passará a vender gasolina abaixo da paridade internacional após o corte, mas ponderam que as margens da empresa com o combustível permanecem superiores à média de 2021.

"Isso nos leva a acreditar que as margens de refino consolidadas da Petrobras se mantêm em um nível saudável", afirmam os analistas Bruno Amorim, João Frizo e Guilherme Costa Martins.

Na primeira quinzena de agosto, segundo a empresa de pagamentos eletrônicos ValeCard, o preço da gasolina nas bombas caiu 9,16% em comparação com

a média de julho, chegando a R\$ 5,779.0 movimento reflete efeitos dos cortes de **impostos** e das reduções do preço de refinaria.

Em julho, a queda do preço da gasolina após corte de alíquotas de ICMS já havia levado o país a registrar deflação, segundo dados divulgados pelo IBGE na semana passada.

A queda de 0,68% foi influenciada principalmente pelo grupo dos transportes, que teve a redução mais intensa, de 4,51%. O segmento contribuiu com o maior impacto (-1 ponto percentual) no resultado geral do IPCA.

A baixa dos transportes é explicada pelo recuo dos combustíveis, de 14,15%. A gasolina caiu 15,48%. O etanol recuou 11,38%.

Entre os 377 subitens que compõem o IPCA, a gasolina teve o impacto individual mais intenso para a deflação (-1,04 ponto percentual).

Em junho, o presidente Jair Bolsonaro (PL) sancionou o projeto que definiu o teto para a cobrança de ICMS sobre produtos e serviços como combustíveis e energia.

Analistas avaliam que a queda de preços pode gerar ganhos para o governo na corrida eleitoral, mas o cenário ainda deve ser de uma **inflação** desconfortável até as eleições.

Bolsonaro repete que país terá gasolina entre as mais baratas

Após a Petrobras anunciar nova redução no preço da gasolina, o presidente Jair Bolsonaro (PL) voltou a dizer nesta segunda-feira (15) que "brevemente" o Brasil terá uma das mais baratas do mundo.

"É a terceira redução anunciada nas últimas semanas. Brevemente teremos uma das "gasolinas" mais baratas do mundo", afirmou no Twitter.

A mesma promessa já foi feita em aos menos duas ocasiões: em discurso, na Bahia, em 2 de julho; e em rede social, em 19 de julho.

A queda no preço dos combustíveis é uma das principais apostas da campanha do presidente, que busca se reeleger em outubro.

A redução entra em vigor no mesmo dia em que começa, oficialmente, a campanha eleitoral. Bolsonaro viajará para Juiz de Fora (MG), mesmo local onde levou a facada em 2018.

Desde o fim de junho, os preços do mercado brasileiro

estão acima da paridade de importação calculada pela Abicom (Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis), mesmo com os dois cortes anunciados pela estatal em julho.

O recuo do petróleo foi usado pela empresa para justificar também dois cortes no preço do diesel em agosto. Esse produto havia sido menos impactado pelos cortes de **impostos**, pois já tinha alíquotas abaixo do teto estabelecido pelo Congresso na maior parte dos estados.

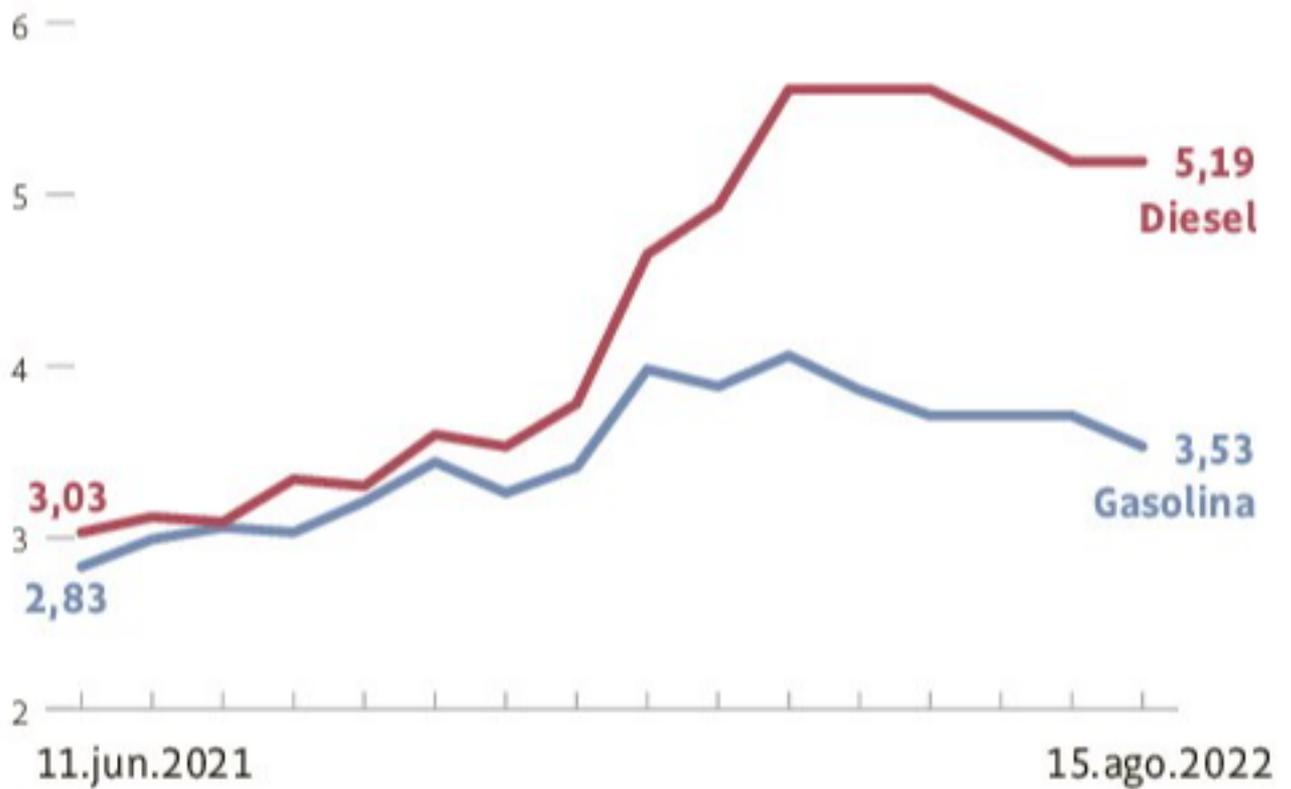
Mariana Holanda e Matheus Teixeira

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50005>

Evolução do preço nas refinarias

Em R\$ por litro*



*Corrigido pelo IPCA | Fonte: Petrobras

Mercado teme risco fiscal se auxílios permanecerem em 2023, diz chefe do BC

Felipe Nunes *são José do Rio Preto*

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, afirmou nesta segunda-feira (12) que o Brasil vive um momento de alta inflacionária que pode se intensificar ainda mais no próximo ano.

Segundo Campos Neto, as medidas adotadas pelo governo nos últimos meses -como redução nos **impostos** e ampliação de programas sociais-ajudaram a segurar a escalada inflacionária, mas essas ações não devem manter o mesmo efeito para 2023 e 2024.

"A gente precisa entender como é que essas medidas vão se dissipar, é difícil modelar isso. É como se você tivesse as medidas do governo pressionando a **inflação** para baixo, mas os componentes dos anos subsequentes são mais fortes do que a inércia que gera da queda do próprio ano corrente," disse Campos Neto em evento promovido pelo Instituto Millenium.

O presidente do BC afirma que, além da **inflação** mundial, a crise hídrica e o encarecimento nos custos de produção dos alimentos foram mais intensos no país, o que contribuiu para uma alta geral nos preços de bens e serviços. No entanto, ele afirma ver espaço para melhora nos preços.

Campos Neto disse estar preocupado com a situação fiscal do país para o próximo ano, diante da possibilidade de o governo dar continuidade a medidas anunciadas recentemente. No mês passado, o governo lançou um pacote de benefícios ao custo de R\$ 41,25 bilhões.

Entre as medidas adotadas pelo governo de Jair Bolsonaro (PL) está a ampliação do Auxílio Brasil -que passou a ter parcela mínima de R\$ 600 entre agosto e dezembro, e a criação dos benefícios Auxílio Caminhoneiro e Auxílio Taxista, com previsão de serem pagos até dezembro de 2022.

"Tiveram algumas medidas grandes recentes, não vou entrar no mérito se é necessário ou não, mas existe uma ansiedade de como essas medidas serão financiadas se forem estendidas para o ano que vem", disse.

"Não existe nada mais permanente do que um programa temporário do governo", acrescentou

Campos Neto.

Segundo o presidente do Banco Central, não é dele a responsabilidade de explicar os efeitos das medidas do governo na situação fiscal do país, mas o mercado está ansioso para saber se haverá uma compensação fiscal.

Durante o evento, Campos Neto disse que a taxa de desemprego no Brasil pode cair ainda mais e chegar a 8,5% neste ano. Ele disse também afirma que a renda média do trabalhador, que registrou queda no Brasil, já mostra sinais de aumento.

No Brasil, a taxa de desemprego recuou para 9,3% no segundo trimestre. Segundo o IBGE, é o menor patamar para esse período desde 2015. À época, o indicador estava em 8,4%, e a economia atravessava recessão.

"A parte de mão de obra foi a mais surpreendente, a gente nunca imaginaria que iria estar falando de uma taxa de desemprego abaixo de 9%. Tem uma mudança estrutural nisso", disse.

"A gente teve no começo, uma mudança de salários mais altos por mais baixos, então a gente tinha um aumento do emprego, mas com a renda média estável ou caindo. Isso começou a mudar nos números mais recentes. Outros países também têm essa tendência de mudança estrutural na mão de obra, mas o Brasil, em termos de América Latina, se sobressai", afirmou Campos Neto.

Focus aponta **inflação** menor no ano, mas cenário pior até 2024

Camila Moreira

O mercado reduziu pela sétima semana seguida a expectativa para a alta do IPCA este ano, mas o cenário inflacionário esperado para 2023 e 2024 mostrou deterioração.

A pesquisa Focus divulgada pelo Banco Central nesta segunda-feira (15) mostrou que os especialistas consultados veem agora avanço de 7,02% do IPCA este ano, contra 7,11% na semana anterior.

Para 2023 a conta subiu em 0,02 ponto percentual, a

5,38%, na 19ª semana seguida de elevação. Já para 2024 a perspectiva aumentou com força, com projeção agora de alta de 3,4% do IPCA, depois de quatro semanas seguidas de visão de 3,30%.

O centro da meta oficial para a **inflação** é de respectivamente 3,5%, 3,25% e 3,00% para cada ano, sempre com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou menos.

Para o **PIB** (Produto Interno Bruto), o levantamento que capta a percepção do mercado para indicadores econômicos apontou perspectiva de expansão de 2,00% este ano, de 1,98% na semana anterior. Para 2023 o cálculo apresentou ligeira melhora de 0,01 ponto percentual, a 0,41%,

A pesquisa semanal com uma centena de economistas mostrou ainda manutenção das expectativas para a taxa básica de juros, com a visão de que a Selic deve encerrar este ano nos atuais 13,75% e o próximo em 11,00%.

O mercado segue esperando o primeiro corte dos juros em junho de 2023, com a Selic indo a 13,50%.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50005>

Governo federal prepara decreto para dobrar lista de produtos que escapam de corte no IPI



O ministro da Economia, Paulo Guedes

Ueslei Marcelino - 27.mar.19/Reuters

Fábio Pupo *brasil*

O governo prepara um novo decreto para cortar o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) após o ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), ter impedido tentativas anteriores afirmando que a Zona Franca de Manaus poderia ser prejudicada.

O Ministério da Economia planeja publicar o novo texto ainda nesta semana mantendo as linhas gerais do decreto anterior, mas praticamente dobrando de cerca de 60 para 125 os itens que ficarão de fora do corte. Com isso, a expectativa é manter com as alíquotas originais 97% dos produtos fabricados na região.

A Zona Franca de Manaus tem como um diferencial a isenção de IPI sobre os bens lá produzidos e, com a redução do imposto em todo o país, veria essa vantagem diminuir.

O novo decreto inclui na lista que fica de fora do corte isqueiros, carregadores de baterias, lâminas de barbear, caixas registradoras, relógios de pulso, canetas esferográficas e máquinas de lavar louça.

O governo já havia cortado o IPI em 25% em fevereiro e, em abril, ampliou-o para 35%. Moraes suspendeu a ampliação para bens produzidos na Zona Franca de Manaus atendendo a pedido do partido Solidariedade e citando a preocupação com a região.

"Sem a existência de medidas compensatórias à produção na Zona Franca de Manaus, [a medida]

reduz drasticamente a vantagem comparativa do polo, ameaçando, assim, a própria persistência desse modelo econômico diferenciado constitucionalmente protegido", afirmou Moraes.

A decisão provocou indignação de integrantes do governo, que viram uma intervenção indevida do ministro do STF em meio a um clima político já estressado entre Executivo e Judiciário.

Em julho, o governo publicou novo decreto que livrava do corte cerca de 60 produtos. Mas, em seguida, Moraes suspendeu os efeitos do texto.

Agora, integrantes do governo afirmam que a relação com Moraes a respeito do tema está melhor.

Os cortes de IPI foram assinados pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) e são defendidos pelo ministro Paulo Guedes (Economia) com a justificativa de que é necessário devolver os ganhos na arrecadação à população em forma de reduções de **impostos**.

Em junho, Guedes voltou a defender o fim do IPI. Ele afirma que o imposto é danoso para a indústria. "Estamos comprometidos a acabar com os **impostos** que acabam com a capacidade produtiva do país", disse. "Nossa ideia é acabar com o IPI. Ele desindustrializou o Brasil. Baixamos de 35%. Se continuarmos, vamos baixar a zero."

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50005>

BC mostra atividade em desaceleração

rosana hessel

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), conhecido como prévia do Produto Interno Bruto (**PIB**), surpreendeu o mercado ao apresentar alta em junho, mas analistas avaliam que a tendência é de desaceleração ao longo do ano e em 2023. O IBC-Br cresceu 0,69% em junho, na comparação com maio. Com esse resultado, registrou aumento de 0,57% no segundo trimestre do ano, indicando desaceleração em relação ao avanço de 1,1% no trimestre anterior.

As estimativas do mercado para o indicador eram de 0,38% e o dado de junho acabou revertendo as quedas nos dois meses anteriores - de 0,26% em maio e de 0,64% em abril.

De acordo com analistas, os números acima do esperado do setor de serviços - que cresceu 0,7% em relação ao mês anterior - ajudaram no resultado positivo de junho no IBC-Br e devem contribuir para o crescimento do **PIB** do segundo trimestre.

Além disso, os estímulos do governo no início do ano, como o Auxílio Brasil de R\$ 400, a antecipação do 13º dos aposentados, o saque emergencial do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e o reajuste dos servidores estaduais, deram impulso à atividade econômica no primeiro semestre e forçaram o mercado a fazer uma série de revisões para o crescimento da economia neste ano.

Impacto dos juros

O consenso entre analistas ouvidos pelo Correio, contudo, é de que o cenário é de desaceleração, porque o impacto atrasado da política monetária restritiva do Banco Central - que costuma demorar entre seis e nove meses - começa a ser sentido a partir deste segundo semestre e vai se estender até 2023. Não à toa, a mediana das previsões para o desempenho do **PIB** deste ano, atualmente em 2%, recua para 0,41%, em 2023. Mas há quem não descarte queda do **PIB** no ano que vem, como a SulAmérica Investimentos, que calcula 2,2% de alta da atividade em 2022, mas recuo de 0,7% em 2023.

As pressões inflacionárias persistentes, principalmente nos alimentos, e o desarranjo fiscal devem contribuir para que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) continue acima do teto das metas deste ano e do próximo, dificultando o trabalho do Banco Central.

O processo de alta da taxa básica de juros (Selic), iniciado em março de 2021, quando os juros básicos estavam no piso histórico de 2% anuais, ainda não foi interrompido pelo BC. Atualmente, a Selic se encontra em 13,75%, o que ajuda a frear o consumo da população e os investimentos do setor produtivo. E a previsão do mercado é de que a Selic continuará em dois dígitos até o fim de 2023, quando fechará o ano em 11%.

"Há vários vetores que estão estimulando a atividade econômica deste ano, como os estímulos do governo e o avanço da vacinação, que permitiu a reabertura. Eles fizeram o mercado revisar para cima as previsões para o **PIB**. Mas, em 2023, a nossa previsão de queda de 0,7% ocorre devido à ausência de vetores de crescimento", explicou Natalie Victal, a nova economista-chefe da SulAmérica Investimentos. Segundo a analista, o impulso fiscal continua sendo importante para explicar parte das surpresas das estimativas do mercado para o **PIB** deste ano.

Julio Hegedus, economista-chefe da Mirae Asset, também reconhece que o cenário de desaceleração da economia já está em curso, apesar dos estímulos do governo para tentar turbinar a economia em ano eleitoral com o pacote de R\$ 41,2 bilhões de benefícios que começaram a serem pagos na semana passada. "Estamos observando que a economia está perdendo um pouco de tração e o pacote deve ajudar a segurar o consumo. Mas com todos esses reverses no cenário interno e externo, daqui para a frente, a política monetária restritiva não deve deixar o **PIB** crescer acima de 2% neste ano", alertou.

Cenário difícil

Marina Garrido, pesquisadora do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), destacou que o processo de desaceleração da atividade está em curso e, apesar dos novos estímulos fiscais, o **PIB** poderá ser negativo no quarto trimestre deste ano. "A política monetária restritiva começa a ter efeito agora na economia e é provável que, ao contrário dos serviços, a indústria e o comércio encerrem o ano com queda", alertou. Apesar desse cenário pouco animador, a especialista do Ibre considerou positivo o IBC-Br de junho. "Mesmo com a desaceleração, o indicador veio acima do esperado e mostrou crescimento sobre uma base maior", explicou. Pelas estimativas do Ibre, o **PIB** do segundo trimestre, que será divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1º de setembro,

deverá registrar alta de 0,8%.

Pé no freio

Depois de registrar expansão de 1,1% no primeiro trimestre de 2022, o IBC-Br, conhecido como prévia do PIB, desacelerou para 0,57% no segundo trimestre do ano, mesmo com dado de junho acima da expectativa

Evolução IBC-Br

Índice de Atividade Econômica do BC — Dessazonalizado

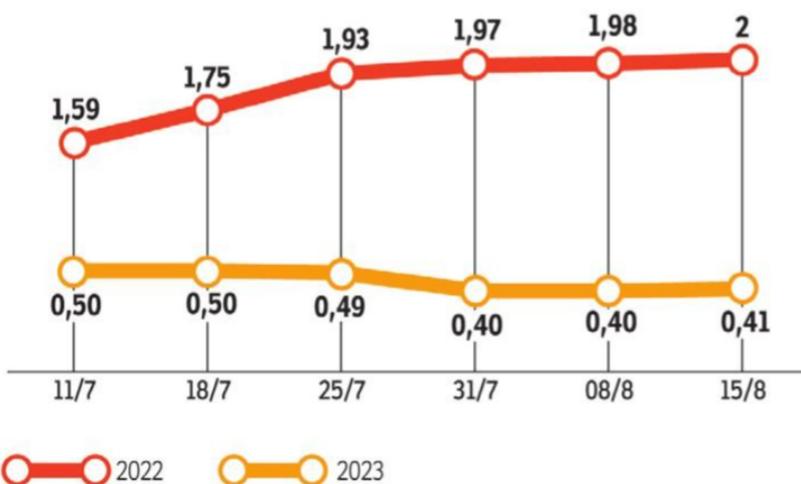


Varição em junho em relação a maio	0,69%
Varição no 1º tri/22	1,1%
Varição no 2º tri/22	0,57%
Varição em relação ao 2º tri/21	2,96%

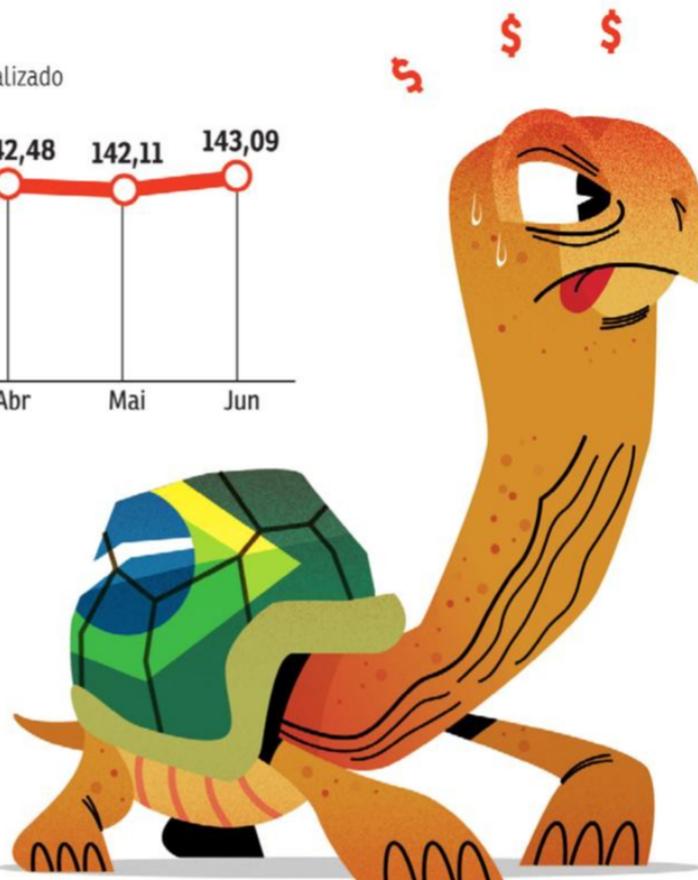
Ascensão e queda

No boletim Focus, do Banco Central, a mediana das projeções do mercado para o PIB de 2022 foi revisada para cima pela 7ª semana seguida, mas confirma expectativa de desaceleração da atividade em 2023

Crescimento do PIB — Em %



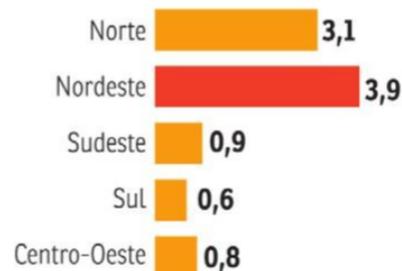
Fontes: Banco Central e SulAmérica Investimentos



Estímulo fiscal

Pelas projeções da SulAmérica Investimentos, impacto do Auxílio Brasil de R\$ 600 deve ficar entre 0,2 e 0,4 ponto percentual no PIB no 3º trimestre

Impacto do aumento do auxílio por região (em % da massa salarial)



Calote nos precatórios é tentativa de subjugar a Justiça (Artigo)

Nelson Alves, Juiz federal, é presidente da Ajufe (Associação dos Juizes Federais do Brasil)

A Justiça Federal se depara com algo jamais visto em sua história. O puro e simples calote, por parte do Executivo federal, de parte do pagamento de suas dívidas -os denominados precatórios.

Para aqueles pouco familiarizados com o assunto, precatório é a forma prevista pela Constituição Federal, no seu artigo too, para que União, estados e municípios paguem dívidas decorrentes de condenações judiciais. Essas condenações ocorrem após um longo trâmite das ações, observados o s mais variados recursos por parte dos entes públicos. Nesses casos, além do longo período de tramitação, o Estado, em sentido amplo, ainda goza de prazo alargado para o pagamento das dívidas judiciais.

Agora, por meio da emenda constitucional 114/2021 (art. 107-A do ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias), criou-se a figura do teto para pagamento de precatórios. Ou seja, passa a vigorar um limite para o pagamento das dívidas da União e entes federais com base no gasto de 2016 (ano de criação do teto de gastos) corrigido pela **inflação**.

Para este ano, por exemplo, dos R\$ 89 bilhões devidos, apenas R\$ 45 bilhões foram pagos, ficando o saldo remanescente inserido em fila de espera, possivelmente para recebimento no ano seguinte. O mesmo ocorrerá para as condenações a serem pagas em 2023, e sucessivamente até 2026, incluindo nessa situação verbas de natureza alimentar, cujo pagamento jamais foi parcelado ou postergado pela União.

Nesse sentido, podemos facilmente perceber que, em 2023, nenhum valor inscrito e a ser pago nesse referido ano será quitado, uma vez que cerca de 50% dos valores devidos em 2022 foram postergados para pagamento no ano seguinte. Por essa média, em 2026, último ano de vigência da emenda constitucional 114/2021, será objeto de pagamento apenas 50% dos valores que deveriam ter sido adimplidos em 2024. Ou seja, todos os valores que deveriam ser quitados em 2025 e 2026, além de 50% de 2024, simplesmente não serão pagos -duas anuidades e meia de precatórios da União, algo, em números de hoje, na

casa dos R\$ 225 bilhões.

Não fosse isso suficiente, a referida emenda (ADCT, artigo 107-A, §3º) oferta aos credores públicos, sem ruborizar, o pagamento da dívida, dentro do período constitucional originário, com a pura e simples redução em 40%, o que revela inescusável ofensa ao direito de propriedade daqueles mais necessitados, ainda mais após terem enfrentado longo caminho judicial propiciado pelo próprio abuso processual do devedor.

Essa é uma clara tentativa, por parte dos Poderes Executivo e Legislativo, de subjugar o Poder Judiciário, impedindo que suas decisões sejam efetivamente cumpridas a tempo e a modo, ferindo a independência dos Poderes, expressa no artigo 20 da Constituição Federal como cláusula pétrea, além de diversos outros dispositivos constitucionais de igual estatura.

O Supremo Tribunal Federal, em outras oportunidades, reconheceu a inconstitucionalidade de emendas que buscavam alterar o regramento dos precatórios, instituindo verdadeiros calotes, como por exemplo nas ADIs (ações diretas de inconstitucionalidade) 4.357 e 4.425, que questionavam a emenda constitucional 62/2009.

Outro caminho não se espera do Supremo Tribunal Federal ao apreciar as ADIs 7.047 e 7.064 em face da EC 114/2021, ambas da relatoria da ministra Rosa Weber, em futuro breve a sua nova presidente e responsável pela pauta de julgamentos daquela corte. Essa situação não pode ser postergada, com novo calote em 2023, e o descrédito, ao fim e ao cabo, do Poder Judiciário da União.

[...] Essa é uma clara tentativa, por parte dos Poderes Executivo e Legislativo, de subjugar o Poder Judiciário, impedindo que suas decisões sejam efetivamente cumpridas a tempo e a modo, ferindo a independência dos Poderes, expressa no artigo 20 da Constituição Federal como cláusula pétrea

Nelson Alves, Juiz federal, é presidente da Ajufe (Associação dos Juizes Federais do Brasil)

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50005>

Presidenciáveis declaram bens de R\$ 197 a fortuna de R\$ 97 mi

Ranier Bragon Brasília

O patrimônio declarado pelos 12 candidatos inscritos pelos partidos ou pelas coligações para a disputa da Presidência da República nas eleições de outubro deste ano soma R\$ 145 milhões, indo de um que se resume a uma caderneta de poupança de R\$ 197 a outro relativo a uma fortuna informada de R\$ 97 milhões.

O prazo de registro das candidaturas se encerrou nesta segunda-feira (15). O número de presidenciáveis pode ser reduzido a dez até a realização das eleições devido à retirada da candidatura de Pablo Marçal pelo Pros, ainda passível de ratificação pela Justiça, e à possibilidade de Roberto Jefferson (PTB) ser considerado inelegível.

O candidato do PTB foi condenado no escândalo do mensalão, em 2012, e teve a pena perdoada quatro anos depois, em 2016, mas isso não teria o efeito de afastar a inelegibilidade de Jefferson, que só venceria em 2030.

Em abril, por exemplo, o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Alexandre de Moraes, que assume o a presidência do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) nesta terça-feira (16), afirmou que o indulto individual concedido pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) ao deputado Daniel Silveira (PTB-RJ) não afastava a inelegibilidade decorrente de condenação imposta ao parlamentar pelo STF.

Seja qual for o número final de presidenciáveis, ele ficará na média das últimas eleições. Em 2018, foram 13 candidatos disputando o Palácio do Planalto. Quatro anos antes, eram u nomes nas urnas.

A eleição direta com o maior número de concorrentes foi a primeira após o fim da ditadura no país, realizada em 1989, quando 21 candidatos disputaram a sucessão de José Sarney. Venceu Fernando Collor (PRN), hoje senador e candidato ao governo de Alagoas.

Na outra ponta, o pleito com menos nomes na disputa foi o de 2002, com apenas seis candidatos, vencida por Luiz Inácio Lula da Silva (PT), favorito nas pesquisas de intenção de voto para a reeleição neste ano.

O maior patrimônio declarado agora é de Marçal, mas o seu caso é ilustrativo da fragilidade da legislação e dos mecanismos de controle sobre essa questão. O informe de bens tem caráter declaratório e não é cruzado com nenhuma outra fonte de informações dos órgãos públicos.

Em tese, omitir bens ou declará-los de forma incorreta pode se enquadrar no crime de falsidade ideológica eleitoral (artigo 350 do Código Eleitoral), mas condenações são difíceis pois entende-se que deve ser provado dolo e que as informações inverídicas lesaram a disputa de forma relevante.

Marçal, que é coach motivacional e empresário, declarou inicialmente ao TSE um patrimônio de R\$ 16,9 milhões. Em entrevista posterior à Folha, mencionou que a assessoria do partido havia errado e que ele controlava um grupo de 20 empresas, sendo que só uma delas tinha um capital social de R\$ 100 milhões.

Dias depois, porém, a retificação dos bens informou o valor de R\$ 96,9 milhões como patrimônio total.

José Maria Eymael, no nanico DC, é outro exemplo: inscrito para sua sexta candidatura presidencial, um recorde só igualado por Lula, Eymael declarou ter empobrecido nos últimos quatro anos em 75% -de R\$ 6,1 milhões em 2018 para R\$ 1,58 milhão agora.

Procurada, sua assessoria disse ter havido um equívoco da assessoria jurídica do partido, que não lançou créditos a receber, benfeitorias em imóveis e outros valores. Segundo a assessoria, a declaração será retificada para um valor total de R\$ 6,6 milhões.

Lula declarou à Justiça ter patrimônio de R\$ 7,4 milhões, valor inferior ao declarado em 2018, quando afirmou ter R\$ 8 milhões -na época, ele teve a candidatura barrada pela Lei da Ficha Limpa e foi substituído por Fernando Haddad (PT) na disputa. A quantia atualizada pela **inflação** chega a R\$ 10,2 milhões.

O presidente Bolsonaro declarou um total de R\$ 2,3 milhões em bens. Em 2018, havia informado R\$ 2,29 milhões (R\$ 2,9 milhões se corrigidos pela **inflação**).

O candidato que declara ser o mais pobre na disputa presidencial é o técnico de mecânica Léo Péricles(UP), que informou ter a penas uma caderneta de poupança com saldo de R\$ 197.

Como Eymael ainda irá retificar sua declaração de bens, não é possível saber de forma exata quais são os tipos de patrimônio mais comuns entre os presidenciaíveis.

Sem a retificação, empresas (R\$ 115 milhões) e imóveis (R\$ 10,5 milhões) são os bens que lideram o ranking.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50005>

O patrimônio dos presidenciais

Doze políticos pediram registro de candidatura para a disputa ao Palácio do Planalto em outubro



* Nova direção do partido aprovou revogação de sua candidatura nesta segunda-feira (15)

A.C. Camargo, referência em câncer, deixará de atender pacientes do SUS



Corredor do hospital A.C. Camargo, na Liberdade, região central de São Paulo Katime Xavier/Folhapress

Cláudia Collucci

O hospital A.C. Camargo, com quase 70 anos de tradição no tratamento do câncer em São Paulo, deixa de atender pacientes do SUS a partir de dezembro, o que deve piorar o acesso a essas terapias na capital paulista.

Atualmente, mais de 3.000 pessoas no estado aguardam vagas nos Cacons (Centros de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia), reguladas pela plataforma Cross (Central de Regulação de Serviços de Saúde).

A principal razão para o fim dos atendimentos públicos, segundo a instituição, é a defasagem da tabela SUS para consultas, procedimentos e cirurgias, o que faz com que todos os anos o hospital tenha que aportar recursos próprios para cobrir o rombo. Outras áreas, como a da diálise, enfrentam crise semelhante.

Em 2021, por exemplo, a receita do SUS foi de R\$ 36 milhões e o A.C. Camargo teve que injetar mais R\$ 98,46 milhões, vindos dos atendimentos privados, para fechar as contas. A receita líquida da instituição em 2021 foi de R\$ 1,32 bilhão.

Inaugurado em 23 de abril de 1953, o A.C. Camargo foi o primeiro hospital da capital construído com doações da população. Não era ligado a nenhuma instituição de saúde oficial, não tinha respaldo financeiro de organizações religiosas, tampouco patrocínio de colônias de imigrantes, como era usual na época. Com o tempo, também se tornou referência internacional em ensino e pesquisa sobre o câncer.

A instituição, mantida pela Fundação Antônio Prudente, que leva o nome do seu fundador, comunicou no início do ano a decisão à Secretaria Municipal de Saúde, com quem mantém contrato até 9

dezembro deste ano. Os recursos vêm do Ministério da Saúde direto para o município, que os repassa ao hospital.

Em nota, a Secretaria Municipal de Saúde disse que foi informada pela fundação sobre a não renovação do contrato e diz que tem realizado reuniões para avaliar a possibilidade da continuidade da assistência por meio da parceria.

A gestão ressalta, porém, que a assistência em oncologia aos pacientes da rede municipal seguirá sendo ofertada por meio dos demais prestadores municipais do serviço, como o Hospital Municipal Dr. Gilson de Cássia Marques Carvalho-Vila Santa Catarina, e outras unidades reguladas por meio da Cross (Central de Regulação de Oferta de Serviços em Saúde), do governo do Estado.

Questionado sobre a falta de reajustes da tabela SUS, o Ministério da Saúde diz que "a tabela não constitui a principal e nem a única forma de financiamento do SUS" e que "os valores são referenciais mínimos, podendo ser complementados pelos gestores estaduais e municipais, de acordo com as demandas e necessidades de cada território".

Cerca de 1.500 dos 6.500 pacientes do SUS acompanhados pelo A.C. Camargo já foram transferidos pela gestão municipal para centros oncológicos da capital. Outros 5.000 devem ser encaminhados até dezembro, segundo o hospital.

A instituição vinha reduzindo nos últimos anos o número de novos pacientes atendidos pelo SUS. Em 2017, por exemplo, foram 1.500. Em 2022, apenas 96. Já pela porta privada, ingressaram quase 7.000 novos pacientes neste ano. No total, cerca de 230 mil são atendidos anualmente.

Até 2017, o A.C. Camargo mantinha com a prefeitura de São Paulo um contrato (o Cebas, certificação de entidades beneficentes de assistência social), com duração de cinco anos, que previa que 60% dos seus atendimentos fossem dedicados ao SUS.

Segundo Victor Piana de Andrade, CEO do A.C. Camargo Cancer Center, com a defasagem cada vez maior da tabela SUS e o aumento da procura pelos planos de saúde, a instituição optou em 2018

por um novo modelo de contrato, que lhe permitiu ajustar anualmente o percentual de atendimentos SUS de acordo com a demanda do privado. O acordo teve aval do Ministério Público, mas nem assim as contas fecharam.

"Eu tenho a responsabilidade de fazer uma boa gestão dos recursos, de garantir o equilíbrio das contas. A oncologia é cara, a **inflação** médica é mais alta do que a **inflação** comum e, com a tabela SUS fixa há 14 anos, e com os custos crescentes, eu não posso trazer esse risco para a instituição."

Ele cita um exemplo da defasagem. O SUS paga R\$ 10 por uma consulta médica, enquanto os convênios, em média, R\$ 100. Os valores das sessões de quimioterapia e radioterapia reembolsados pelo SUS são 94% e 71%, respectivamente, inferiores aos pagos pelos planos de saúde.

De acordo com Andrade, a missão da fundação é melhorar oncologia do Brasil e isso não se resume em atendimentos públicos. "Se eu tenho um alto volume de atendimento privado e eu uso isso para formar 130 profissionais todos os anos, estou fazendo bem público. Quando tenho uma pesquisa que faz com que o tratamento fique mais barato, isso é bem público."

Ele diz o que hospital tentou várias alternativas antes de decidir pelo fim dos atendimentos. Tentou, por exemplo, fazer parte do Proadi, programa do governo federal de apoio ao desenvolvimento do SUS que tem entre os parceiros os hospitais Albert Einstein e Sírio-Libanês.

"Nós ganhamos um sim técnico [do Ministério da Saúde] e um não de decisão política. Tentamos mais umas duas vezes, tínhamos projetos muito interessantes, mas não conseguimos. Entendemos que essa porta estava fechada."

Segundo Andrade, por falta de investimento em prevenção do câncer e diagnóstico precoce, o setor público gerencia hoje filas de pacientes oncológicos avançados. "A gente fica com uma seleção adversa. Cuida dos pacientes avançados e complexos. E a taxa de sucesso é menor. É muito frustrante."

O hospital enfrentava também outro desafio com os pacientes do SUS. Devido ao vínculo criado com a instituição ou à falta de acesso a outros serviços de saúde, eles acabavam procurando o A.C. Camargo por outros problemas de saúde não relacionados ao câncer. "Se ele cai de moto, ele quer reabilitar aqui. Se ele é diabético, ele quer se tratar aqui."

De acordo com o Atlas dos Centros de Cuidados do Câncer, do Instituto Oncoguia, 53% dos recursos

públicos recebidos pelo A.C. Camargo em 2021 foram para a oncologia. O restante, segundo o hospital, foi para tratar outras questões de saúde do paciente oncológico.

"Se o paciente já terminou o tratamento oncológico, ele deveria ter sido encaminhado para a UBS perto da casa dele para acompanhamento. A gente devia ter feito isso sempre, mas não fizemos. Ficamos 70 anos abraçando como mãe", conta Andrade.

O hospital chegou a propor à prefeitura de São Paulo se tornar a referência oncológica na cidade, só tratando casos de alta complexidade. Por exemplo, operaria pacientes já vinculados a outros hospitais públicos e depois eles continuariam sendo seguidos nessas instituições. Mas também não teve sucesso. Atualmente, há conversas com o governo do Estado sobre eventuais parcerias.

Em paralelo, a instituição desenvolve um projeto nacional, chamado de missão A.C. Camargo, que envolverá o poder público e o setor privado em ações de prevenção, diagnóstico, tratamento e reabilitação, além de capacitação de profissionais da atenção primária e de hospitais para o atendimento do câncer.

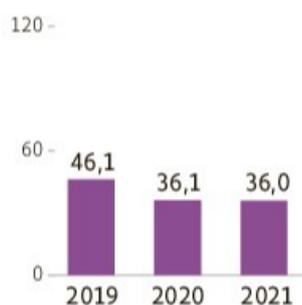
"Estamos reposicionando nossa responsabilidade social para ganhar uma geografia maior e uma população maior. Queremos usar a nossa influência, nossa credibilidade e também os nossos recursos para montar um ecossistema de atendimento ao câncer."

Site:

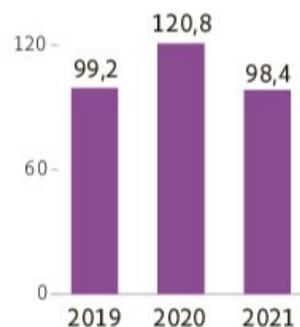
<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50005>

Atendimentos oncológicos do SUS no Hospital A.C. Camargo

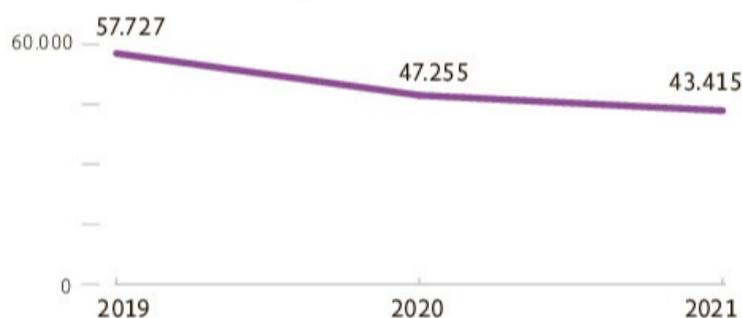
**As receitas
vindas do SUS**
Em milhões R\$



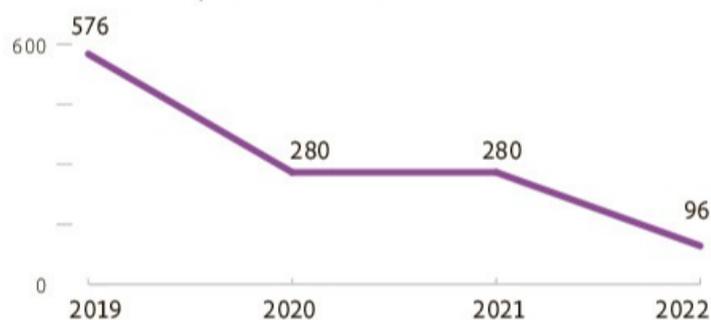
**Aporte do hospital
nos atendimentos SUS**
Em milhões R\$



Total de atendimentos a pacientes SUS



Volume de novos pacientes SUS



Infraestrutura

- 2 PET-CT
- 2 mamógrafos
- 6 equipamentos de radioterapia
- 8 salas de radioterapia
- 49 salas de quimioterapia
- 66 leitos cirúrgicos para oncologia
- 60 leitos clínicos para oncologia
- 308 oncologistas entre clínicos, cirúrgicos, radiológicos e pediátricos

Atendimentos

- 88 tipos** diferentes de câncer, sendo os mais frequentes os de mama e de próstata

Fonte: A.C. Camargo Cancer Center e Atlas dos Centros de Cuidados do Câncer, do Instituto Oncoguia

Bolsonaro veta aumento de verbas para merenda escolar, que não recebem atualização desde 2017



O presidente Jair Bolsonaro (PL) vetou na última quarta-feira (10) o reajuste aprovado pelo Congresso Nacional do valor repassado a estados e municípios para a alimentação escolar.

Atualmente, o governo federal repassa apenas R\$ 0,36 para a compra de alimento de cada estudante do ensino fundamental e do médio e R\$ 0,53 por aluno matriculado na pré-escola.

Os valores não são atualizados desde 2017, situação que ficou ainda mais grave diante da recente explosão dos preços de alimentos. Com isso, vem piorando a qualidade da refeição oferecida pelas escolas públicas, muitas vezes a única a que muitas crianças e jovens têm acesso no Brasil.

O aumento do valor foi aprovado pelo Congresso Nacional e incluído na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias).

O texto previa o reajuste, com base na **inflação**, do prato de aluno com arroz e feijão; preço dos alimentos prejudica merenda. Marcelo Coutinho/Fian Brasil. O pagamento do Pnae (Programa Nacional de Alimentação Escolar), que beneficia os mais de 35 milhões de matriculados em instituições públicas no Brasil.

O programa, que é o único do governo federal voltado

à alimentação escolar, sofreu uma redução de 20% em valores reais no orçamento entre 2014 e 2019.

Neste ano, estratégico em razão da perda nutricional ocasionada pelos dois anos de fechamento escolar na pandemia, o orçamento foi reduzido para R\$ 3,96 bilhões, ante R\$ 4,06 bilhões de 2021.

Nas razões ao veto, Bolsonaro afirmou que o reajuste "contraria o interesse público" porque causaria "um aumento na rigidez orçamentária", tirando do governo federal a flexibilidade para alocar recursos. Justificou ainda que iria "onerar" os demais orçamentos do Ministério da Educação e demais órgãos da União.

Se Bolsonaro não tivesse vetado o reajuste, a estimativa era de que o programa de alimentação escolar teria um acréscimo orçamentário entre 34% e 40%, segundo Pedro Vasconcelos, assessor de advocacy do Observatório da Alimentação Escolar e da FI- AN Brasil - Organização pelo Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas.

Essas entidades, que defenderam a aprovação do reajuste pelo Congresso, criticaram o veto presidencial: "Isso confirma que o presidente e o seu governo estão mais interessados em assegurar auxílios não permanentes, com a finalidade de angariar votos, do que políticas perenes para o enfrentamento da fome", disse à Folha Mariana Santarelli, coordenadora do observatório e assessora de políticas públicas da FIAN Brasil.

Ela afirmou que o veto "é também um ataque a nutricionistas, cozinheiras/os, professoras/es e aos demais profissionais que vivenciam a falta de recursos para garantir o básico de uma alimentação escolar de qualidade".

As entidades mencionaram o fato de haver hoje 33 milhões de brasileiros passando fome. Também citaram o aumento da fome em domicílios com crianças menores de 10 anos, de 9,4% em 2020 para 18,1% em 2022.

O veto só poderá ser derrubado por maioria absoluta dos deputados e senadores. Não há previsão para a

votação, que pode acontecer antes ou depois das eleições.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50005&anchor=6461361&pd=85f221665f69075b2c575c02c34589ce>

Mercado volta a aumentar projeção para IPCA de 2023

THAIS BARCELLOS

Divulgado ontem, o Boletim Focus mostra nova desaceleração nas estimativas para o IPCA no ano - pela 7.^a semana consecutiva -, ainda refletindo as desonerações de tributos definidas para combustíveis e energia elétrica. A projeção de analistas de bancos e de consultorias para a inflação oficial caiu de 7,11% para 7,02%.

Em contrapartida, o mercado voltou a aumentar a estimativa para 2023, hoje foco principal da política monetária mantida pelo Banco Central. De acordo com o Focus, a projeção para o IPCA de 2023 chega agora a 5,38%, ante 5,36% na semana passada. Foi a 19.^a semana consecutiva de piora do cenário.

Considerando somente as 69 estimativas atualizadas nos últimos 5 dias úteis, a mediana para 2022 recuou de 7,10% para 6,95%, enquanto a de 2023 avançou de 5,37% para 5,34%.

As novas medianas apuradas pelo Focus continuam a apontar para três anos consecutivos de estouro da meta a ser perseguida pelo Banco Central, considerando o descumprimento já observado em 2021, quando o IPCA somou 10,06%. O alvo para 2022 é de 3,50%, com tolerância superior de até 5%, enquanto para 2023 a meta é de 3,25%, com banda até 4,75%.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Campos Neto entre otimismo e cautela (Editorial)



A economia mundial está desacelerando e o Brasil é um dos poucos países com revisão do crescimento do **PIB** para cima, disse o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, num pronunciamento marcado por alguns toques de otimismo e advertências sobre a evolução das contas públicas em 2023. "Há preocupação com a continuidade de medidas recentes", disse o economista, referindo-se a estímulos fiscais, como o aumento do Auxílio Brasil e facilidades concedidas a taxistas e caminhoneiros.

Anunciadas há pouco tempo pelo presidente Jair Bolsonaro, essas concessões, de evidente caráter eleitoral, foram desenhadas para valer até o fim do ano.

Mas já se fala em prorrogação e falta explicar como se poderá acomodá-las - sem grave desarranjo fiscal - no Orçamento do próximo ano. O Comitê de Política Monetária (Copom), formado por diretores do BC, já havia chamado a atenção para esse problema, como lembrou o presidente da instituição.

Como indicou Campos Neto, o mercado tem elevado suas projeções de crescimento econômico para este

ano, agora estimado em 2%, segundo o boletim Focus.

Esse número foi atingido na sétima alta semanal consecutiva. Mas a expansão calculada para 2023 ficou em 0,41%, praticamente a mesma taxa da semana anterior (0,40%). Mas o presidente do BC expressou, em sua fala no Instituto Millenium, a esperança de melhora do emprego no próximo ano, com a desocupação recuando para cerca de 8,5%. A última pesquisa, referente ao segundo trimestre deste ano, mostrou desemprego de 9,3%, com 10,1 milhões de desocupados.

O aquecimento da economia brasileira no primeiro semestre foi apontado pelo Índice de Atividade Econômica do BC (IBC-Br), divulgado também na manhã de segunda-feira. O indicador subiu 0,69% de maio para junho, atingindo o mais alto patamar do mês desde 2013. No primeiro semestre a economia foi 2,24% mais vigorosa que em igual período de 2021 e o crescimento acumulado em 12 meses chegou a 2,18%. Esses números praticamente garantem a expansão pelo menos igual a 2%, neste ano, já estimada pelo mercado.

Também segundo a pesquisa Focus, o mercado continua apostando na manutenção da atual taxa básica de juros, 13,75%, até o fim de 2022. Só no Brasil e no Japão, disse Campos Neto, referindo-se às grandes economias, o mercado prevê a continuação dos atuais juros básicos até o fim do ano. Mas o cenário ainda poderá ser afetado, admitiu o presidente do BC, pela evolução da taxa nos Estados Unidos.

A boa notícia, nesse caso, foi a queda recente da **inflação** americana. Isso pode possibilitar o encerramento do aperto monetário na maior potência econômica do mundo. Isso será especialmente benéfico para o Brasil, porque cada aumento de juros nos Estados Unidos afeta os fluxos de capitais, mexe com o financiamento e com o câmbio e dificulta o afrouxamento da política pelo BC brasileiro.

Há, portanto, alguns dados positivos para sustentar a fala um tanto otimista do presidente do BC, embora as projeções do mercado ainda apontem uma quase estagnação em 2023.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

"Prévia" do PIB avança 0,57% no 2º trimestre

EDUARDO RODRIGUES

A economia brasileira voltou ao campo positivo em junho depois das quedas registradas em maio e abril. É o que mostra o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), que subiu 0,69% no mês, considerando a série livre de efeitos sazonais (compensação para comparar meses diferentes).

No acumulado do segundo trimestre do ano, houve expansão de 0,57%.

Conhecido como uma espécie de "prévia do BC" para o **PIB**, o IBC-Br serve como parâmetro para avaliar o ritmo da economia brasileira ao longo dos meses. A projeção atual do BC para a atividade doméstica em 2022 é de crescimento de 1,7%, conforme o Relatório Trimestral de **Inflação** (RTI) de junho.

O resultado de junho veio acima das estimativas do mercado financeiro, que era de crescimento de 0,38%, segundo pesquisa do Estadão/Broadcast com analistas de bancos e consultorias.

Na comparação com o segundo trimestre de 2021, houve alta de 2,96% pela série sem ajustes sazonais.

Já no primeiro semestre do ano, o resultado ficou positivo em 2,24%.

De maio para junho, o índice de atividade calculado pelo BC passou de 142,11 para 143,09 pontos na série dessazonalizada.

Este é o maior patamar desde março (143,22 pontos).

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Bolsonaro deixará oportunidade para o próximo governo (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Programa de Tebet prevê ajuda a estudantes e informais

Vandson Lima De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187302?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187302?page=1§ion=1